

**Plano Diretor de
Tecnologia da Informação**

PDTi

2012 - 2013

Ministério do
Planejamento



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 3 |
| 1. Introdução | 5 |
| 2. Termos e Abreviaturas | 6 |
| 3. Metodologia Aplicada | 8 |
| 4. Documentos de Referência | 9 |
| 5. Princípios e Diretrizes | 11 |
| 6. Estrutura Organizacional da Área de TI | 13 |
| 7. Referencial Estratégico de TI | 17 |
| 8. Resultados do PDTI Anterior | 20 |
| 9. Alinhamento com a Estratégia da Organização | 22 |
| 10. Inventário de Necessidades | 23 |
| 11. Plano de Ações | 26 |
| 12. Fatores Críticos de Sucesso | 32 |
| 13. Conclusão | 33 |

APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. Deve contemplar as necessidades de informação e serviços de TI da organização, as metas a serem alcançadas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação.

A elaboração e atualização regular do PDTI pelos órgãos federais é uma previsão estabelecida no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. O SISP agrega as atividades de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de TI dos órgãos e entidades da administração pública federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, é o órgão central do SISP, e suas funções contemplam, entre outras atividades, a orientação e administração dos processos de planejamento estratégico, de coordenação geral e de normalização relativos ao SISP. Mas considerando as diversas atribuições do Ministério e suas necessidades tecnológicas e de informação específicas, o MP também necessita coordenar, planejar, articular e controlar as ações relativas aos recursos de TI em âmbito interno. Tais atividades são desempenhadas pelo Departamento Setorial de Tecnologia da Informação – DSTI, vinculado à SLTI, que responde como órgão setorial do SISP.

O PDTI MP 2012-2013 está organizado da seguinte forma: a seção de introdução procura contextualizar a elaboração do PDTI e as questões que devem orientar sua implementação. A seção seguinte apresenta os princípios norteadores da elaboração do Plano e as diretrizes associadas. Os capítulos seguintes abordam a estrutura organizacional e o referencial estratégico de TI da Pasta. Em seguida é apresentado o levantamento das necessidades e objetivos de negócio das áreas internas do Ministério, bem como as ações estratégicas que garantirão seu alinhamento com a TI. A partir desse alinhamento estratégico, as seções posteriores traduzem o inventário de necessidades com critérios de priorização e o plano de metas e ações. Por fim, são apresentados fatores que devem ser observados para garantir o sucesso da execução do PDTI.

I - Objetivo

O presente documento tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o biênio 2012-2013, contemplando as necessidades do Ministério para o período.

II - Abrangência

Todos os procedimentos e soluções apontados neste documento foram

definidos considerando necessidades levantadas junto às seguintes áreas do MP:

- ✓ Assessoria Econômica – **ASSEC**
- ✓ Consultoria Jurídica – **CONJUR**
- ✓ Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos – **DERAP**
- ✓ Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – **DEST**
- ✓ Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos – **DEAEX**
- ✓ Departamento Setorial de Tecnologia da Informação – **DSTI**
- ✓ Secretaria Executiva – **SE**
- ✓ Secretaria de Assuntos Internacionais – **SEAIN**
- ✓ Secretaria de Gestão Pública – **SEGEP**
- ✓ Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – **SLTI**
- ✓ Secretaria de Orçamento Federal – **SOF**
- ✓ Secretaria de Patrimônio da União – **SPU**
- ✓ Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – **SPI**
- ✓ Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – **SEPAC**
- ✓ Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público – **SRT**

III - Período de Validade e Revisões

O período de validade deste PDTI compreende o biênio 2012/2013.

O plano tem previsão de revisão semestral. Essas revisões visam atualizar o PDTI de forma a contemplar eventuais mudanças na estrutura organizacional ou alterações no referencial estratégico das áreas de TI do MP.

O processo de revisão será conduzido pelo DSTI e os resultados desse processo serão submetidos aos CETI e a SE/MP.

1. INTRODUÇÃO

As melhores práticas relacionadas à governança de TI recomendam que qualquer instituição, pública ou privada, para que possa realizar uma gestão eficiente dos recursos da área de TI, necessita contar com um planejamento no qual estejam relacionadas todas as metas da instituição associadas às ações que a área de TI terá que executar para o alcance daquelas metas.

Assim, um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) representa um instrumento indispensável para a gestão dos recursos de TI. Os órgãos de controle de governo, em especial o Tribunal de Contas da União (TCU), há muito vêm enfatizando a necessidade dos órgãos públicos elaborarem um PDTI que contemple todas as ações e as associem às metas de suas áreas de negócio antes de executarem seus gastos relacionados à TI.

Essa recomendação tornou-se obrigatória diante da publicação da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2008, de 19 de maio de 2008 e, mais tarde, pela sua atualização (IN SLTI/MP nº 04/2010).

A elaboração de um PDTI traz um rico conjunto de questionamentos, reflexões e revisões que resultará no amadurecimento da TI e da própria instituição. Dentre as evoluções esperadas, pode-se citar:

- ✓ reflexões sobre a missão e visão de futuro da unidade de TI, alinhadas à missão e visão de futuro da instituição;
- ✓ busca de respostas às oportunidades e ameaças externas e aos pontos fracos e fortes internos, de modo a cumprir suas atribuições com efetividade;
- ✓ identificação, revisão e explicitação dos objetivos, orientações estratégicas e recomendações para a TI corporativa, alinhados aos objetivos e orientações estratégicas na organização, e os decorrentes planos de ação atrelados às necessidades das áreas de negócio;
- ✓ identificação e explicitação não apenas das ações operacionais a serem realizadas pela área de TI, mas também dos aspectos de estrutura e gestão sobre a TI corporativa, em especial pela operacionalização de uma estrutura de governança que viabilizará a execução das ações e a revisão periódica do PDTI aprovado;
- ✓ desenvolvimento de capacidades individuais que fortaleçam e assegurem a execução dos planos e projetos de TI.

A elaboração desse documento teve como premissa os planejamentos estratégicos (2012-2014) da SLTI e do MP. Para concretização deste trabalho, buscou-se apoio do Grupo de Consultores do PDTI – GCPDTI pertencente à C3S, com o objetivo de alinhar o resultado a ser obtido ao modelo de referência proposto pelo órgão central do SISP.

2. TERMOS E ABREVIATURAS

Os conceitos relacionados a termos técnicos, convenções e abreviações, mencionados no decorrer deste documento, são apresentados na tabela abaixo.

| TERMO | DESCRIÇÃO |
|--------|--|
| AFD | Assentamento Funcional Digital |
| APF | Administração Pública Federal |
| ASSEC | Assessoria Econômica |
| ATI | Analista de Tecnologia de Informação |
| C3S | Central de Serviços e Suporte do SISP |
| CETI | Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação |
| COGEP | Coordenação Geral de Gestão de Pessoas |
| CONJUR | Consultoria Jurídica |
| CSIC | Comitê de Segurança da Informação e Comunicação |
| DERAP | Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos |
| DEST | Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais |
| DEAEX | Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos |
| DSTI | Departamento Setorial de Tecnologia da Informação |
| DOU | Diário Oficial da União |
| EGTI | Estratégia Geral de Tecnologia da Informação |
| GM | Gabinete da Ministra |
| GS/PR | Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República |
| GUT | Gravidade, Urgência e Tendência |
| IN | Instrução Normativa |
| MP | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| PE | Planejamento Estratégico |
| PDTI | Plano Diretor de Tecnologia da Informação |
| PEI | Plano Estratégico Institucional |
| PoSIC | Política de Segurança da Informação e Comunicação |
| PPA | Plano Plurianual |
| PLOA | Projeto de lei Orçamentária Anual |
| RLSL | Rede Livre em Software Livre |
| SE | Secretaria Executiva |
| SEAIN | Secretaria de Assuntos Internacionais |
| SEGEP | Secretaria de Gestão Pública |
| SLTI | Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação |
| SOF | Secretaria de Orçamento Federal |
| SPU | Secretaria de Patrimônio da União |
| SPI | Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos |
| SEPAC | Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento |
| SRT | Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público |
| SISP | Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação |
| SPOA | Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração |

| | |
|------|--|
| UnB | Universidade de Brasília |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |

3. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia adotada foi baseada no processo de elaboração de PDTI proposto pelo SISP, a partir do Modelo de Referência 2011-2012 e do Guia Prático de Elaboração de PDTI, considerando as particularidades do MP e o atual nível de maturidade de governança de TI. O processo de construção do documento seguiu as seguintes etapas:

3.1 Divulgação e conscientização interna

Nessa etapa foram realizadas reuniões com os Secretários e Diretores das áreas do MP para conscientização da importância da participação colaborativa de todas as áreas envolvidas, bem como apresentação e elaboração do projeto. Foi também preparado material de divulgação por meio do uso da intranet, e-mail e cartazes fixados nas dependências do MP.

3.2. Levantamento de necessidades e priorização de necessidades

Nessa etapa foi realizado o levantamento de necessidades relacionadas à área de TI de todo o MP, por meio do uso de questionários com perfil técnico e comercial para as unidades do MP que possuem área de TI interna e perfil comercial para as demais. As necessidades levantadas foram então consolidadas em 4 focos:

- ✓ Sistemas
- ✓ Infraestrutura
- ✓ Processos
- ✓ Pessoas

Em seguida, por meio de oficinas realizadas com as áreas, as necessidades consolidadas foram priorizadas utilizando-se a técnica GUT (Gravidade, Urgência, Tendência). O resultado final foi uma planilha de necessidades priorizadas abrangendo todo o MP.

3.3 Estabelecimento de metas e ações

Por meio das oficinas realizadas com as áreas foram definidas metas e ações, acompanhadas de indicadores. O DSTI analisou as metas e ações propostas e alinhou-as com os objetivos estratégicos de TI do departamento.

3.4 Validação pela Secretaria Executiva

O resultado deste trabalho foi validado pela Secretaria Executiva do MP, principalmente com relação à priorização de ações e às metas estabelecidas.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

| DOCUMENTO | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 | Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. |
| DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 | Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle. |
| ESTRATÉGIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2011-2012 | Estabelece metas de curto e médio prazo a serem cumpridas pelos órgãos do SISP, em diferentes perspectivas de atuação e propõe a mensuração objetiva de resultados por meio de indicadores. Incentiva a elaboração do PDTI e promove a troca de informações, experiências, conhecimento e desenvolvimento colaborativo entre os órgãos que compõem o SISP. |
| INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN Nº 04 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010 – SLTI/MP | Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048, de 1994, o órgão central do SISP elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP.” Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade. |
| CONTROL OBJECTIVES FOR INFORMATION AND RELATED TECHNOLOGY (CobiT® 4.1) | PO1 – Definir um Plano Estratégico de TI PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio PO1.4 – Plano Estratégico de TI |
| PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PDTI E MODELO DE REFERÊNCIA DE PDTI 2011-2012 | Metodologia proposta pelo SISP, a qual dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e templates para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. |
| ACÓRDÃO 2.613/2011 – PLENÁRIO TCU | Este Acórdão trata de determinações e recomendações ao MP relacionadas ao aprimoramento da Governança de TI. Para atendimento aos itens desse Acórdão, foram elaborados Planos de Ação, os quais, quando apresentam data de início dentro do período de vigência deste PDTI, estão contemplados por este documento. Essas ações correspondem aos seguintes itens: do 9.1.3 ao 9.1.8, do 9.1.10 ao 9.1.15, item 9.1.17 e do 9.2.1 ao 9.2.5. Os Planos de Ação para atendimento aos itens 9.1.9 e 9.1.16, por terem previsão de início em 2014, deverão ser considerados no próximo ciclo do PDTI. |
| DECRETO 1.048/1994 | Art. 1º Ficam organizados, sob a forma de Sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de informação e informática dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal. |
| Instrução Normativa GSI/PR Nº 1, de 13/06/2008 | Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. |
| ACÓRDÃO 2.308/2011 – PLENÁRIO TCU | 9.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos |

| DOCUMENTO | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| | institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição. |
| Portaria SLTI 05/2005 | Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento. |
| ACÓRDÃO 1.603/2008 – PLENÁRIO TCU | Situação da Governança de Tecnologia da Informação – TI na Administração Pública Federal. Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. |
| DECRETO Nº 2.271/1997 | Art . 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. |
| ITIL - Information Technology Infrastructure Library. | Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI). |
| Acórdão 1.558/2003 PLENÁRIO TCU | Auditoria de conformidade realizada com o objetivo de avaliar a legalidade e a oportunidade das aquisições de bens e serviços de informática. Processo de denúncia apensado para apuração conjunta. Realização de dispensa de licitação sem apresentação dos parâmetros comprobatórios da compatibilidade do preço ajustado. Inconsistência na elaboração de projeto básico. Utilização de empregados de empresa contratada para a realização de atividades não avençadas. Descumprimento de disposições contidas no projeto básico e no contrato. Disponibilização de técnicos da empresa contratada para prestar serviços à Ancine. Pagamento de faturas sem a comprovação de realização do recolhimento dos encargos sociais pela contratada. Interferência da administração do MDIC na indicação de empregados da empresa contratada. Ausência de planejamento nas aquisições de bens e serviços de informática. Ausência de parcelamento do objeto contratado nos termos preconizados pelo art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Conhecimento da denúncia para considerá-la parcialmente procedente. Audiência dos responsáveis. Determinações. Levantamento da chancela de sigilo, exceto quanto à identidade do denunciante. |

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1 Princípios

Os princípios são os aspectos que determinam o ponto de partida. Normalmente são delimitados por instrumentos legais, diretrizes de governo, recomendações e determinações das instâncias de controle, melhores práticas de mercado e pelo próprio contexto da estrutura de TI do órgão.

Dessa forma, os princípios que guiaram a elaboração deste PDTI foram os seguintes:

| Princípios | | Fonte |
|------------|---|--|
| P1 | Alinhamento dos objetivos institucionais de TIC às estratégias de negócio. | - EGTI 2011/2012 - COBIT 4.1 - Acórdão 1.603/2008 Plenário TCU |
| P2 | As contratações de bens e serviços de TIC deverão ser precedidas de planejamento, seguindo o previsto no PDTI. | - IN SLTI/MP Nº 04 - Acórdão 1.603/2008 Plenário TCU - Acórdão 1.558/2003 PLENÁRIO TCU |
| P3 | Planejamento dos investimentos de hardware e software seguindo políticas, diretrizes e especificações definidas em instrumentos legais. | - IN SLTI/MP Nº 04 - EGTI 2011/2012 |
| P4 | Estímulo à atuação dos servidores do MP como gestores, terceirizando a execução. | - Decreto-Lei Nº 200/1967 - Decreto Nº 2.271/1997 |
| P5 | Garantia de suporte de informação adequado, dinâmico, confiável e eficaz. | - EGTI 2011/2012 |
| P6 | Estímulo ao desenvolvimento, à padronização, à integração, à normalização dos serviços e à disseminação de informações. | - Decreto 1.048/1994 |
| P7 | Utilização racional dos recursos de TIC, visando a melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação. | - EGTI 2011/2012 |
| P8 | Promoção da integração entre os sistemas de gestão governamental. | - EGTI 2011/2012 - Portaria SLTI/MP 05/2005 |
| P9 | Estímulo à adoção de soluções livres sempre que estas atenderem às necessidades do negócio. | - EGTI 2011/2012 |
| P10 | Garantia da segurança em TIC. | - EGTI 2011/2012 - IN GSI/PR Nº 01 |
| P11 | Garantia da melhoria contínua da infraestrutura de TI. | - EGTI 2011/2012 |

| | | |
|------------|---|----------------------|
| P12 | Melhoria da eficiência dos processos de TI. | - EGTI 2011/2012 |
| P13 | Estímulo e promoção da formação, do desenvolvimento e do treinamento dos servidores que atuam na área de TIC. | - Decreto 1.048/1994 |

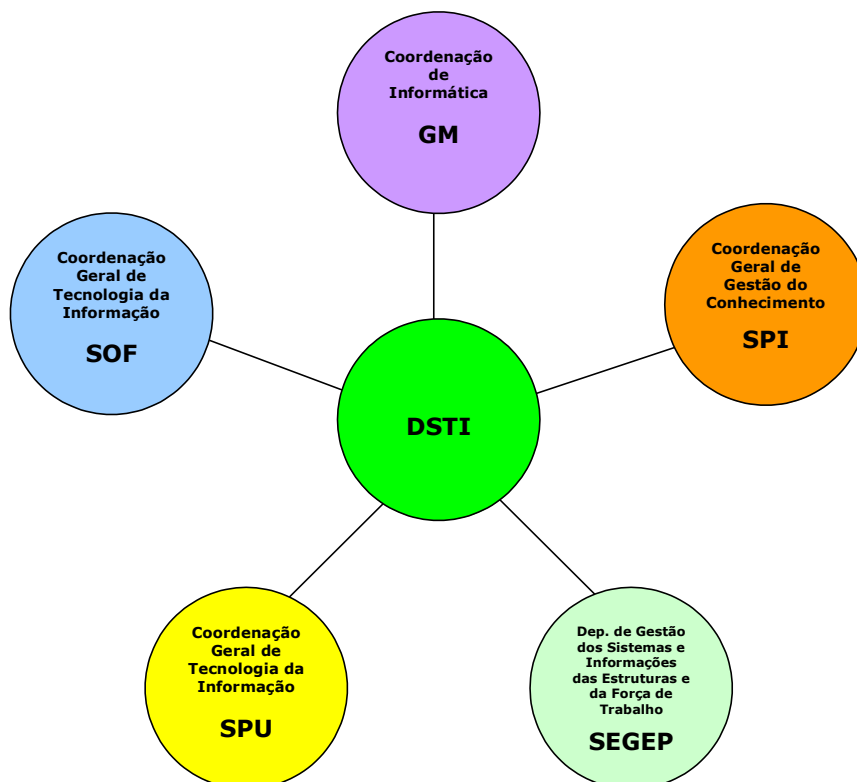
5.1 Diretrizes

As diretrizes são as linhas segundo as quais se traça um plano para atingir uma finalidade. Portanto, as diretrizes que serão as instruções para alcançar os objetivos do PDTI são as seguintes:

| Diretrizes | |
|------------|--|
| D1 | Promover a governança de TI no MP. |
| D2 | Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão. |
| D3 | Garantir que as propostas orçamentárias de TIC sejam elaboradas com base em planejamentos e alinhadas com os objetivos de negócio. |
| D4 | Terceirizar atividades de execução, possibilitando a atuação dos servidores do quadro do MP em atividades de gestão. |
| D5 | Garantir a disponibilidade e integridade da informação. |
| D6 | Estabelecer, gerir, incentivar e manter políticas públicas por meios eletrônicos. |
| D7 | Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TI. |
| D8 | Promover a melhoria dos sistemas de informação do MP. |
| D9 | Buscar a integração entre os sistemas de gestão governamental. |
| D10 | Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança. |
| D11 | Adotar padrões abertos no desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação. |
| D12 | Promover o atendimento às normas de acessibilidade (e-Mag) e interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-Ping), incluindo padrões de governança. |
| D13 | Garantir a segurança da informação e comunicações. |
| D14 | Buscar a melhoria contínua da infraestrutura de TI. |
| D15 | Manter os processos internos de TI mapeados, formalizados, mensurados e otimizados. |
| D16 | Promover capacitação / formação de servidores de TI no MP. |

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ÁREA DE TI

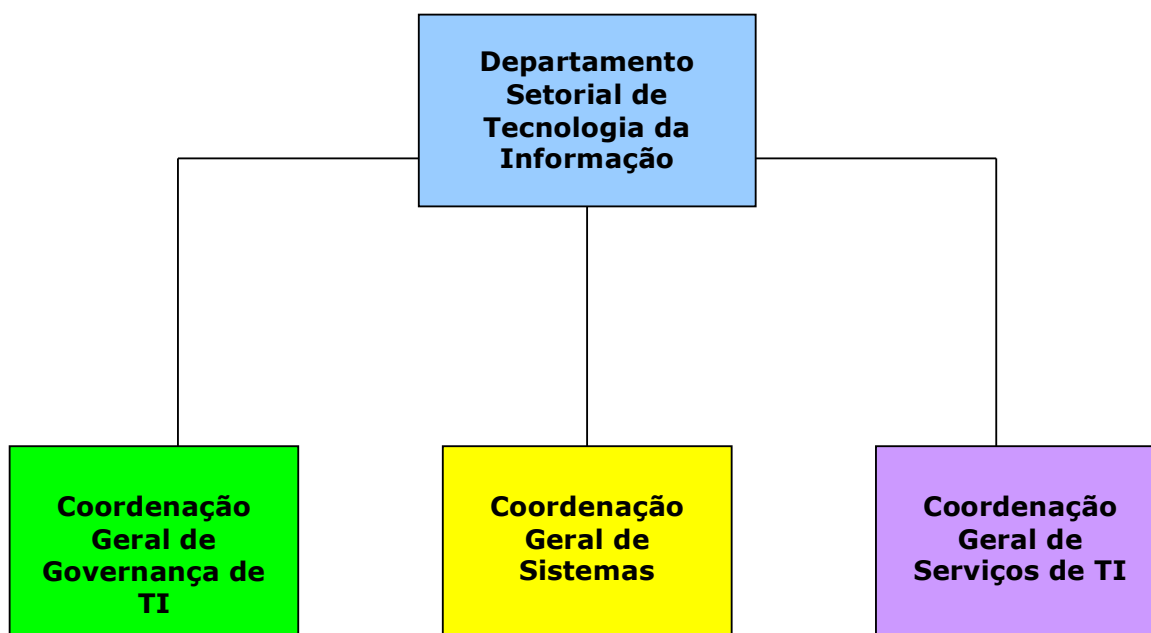
A estrutura de TI do MP é composta pelo DSTI, que é a unidade setorial de TI do órgão, e por áreas de TI correlatas em outras unidades (GM, SOF, SPU, SEGEP e SPI).



O DSTI foi criado em agosto de 2009 e absorveu a estrutura organizacional da então unidade setorial de TI do MP – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA. Com essa mudança, a área de TI setorial passou a fazer parte do organograma da SLTI.

Em 2010, o DSTI conduziu, com apoio de pesquisadores do meio acadêmico, o Projeto de Governança de TI do DSTI, com vistas a propor uma atualização da estrutura organizacional para o departamento, contendo novas atribuições, definição de equipes, subequipes e adequação de quadro de pessoal. O projeto foi concluído em dezembro de 2010. Em 2011, com a posse de Analistas em Tecnologia da Informação – ATI, iniciou-se a composição das equipes e a definição de papéis e processos de trabalho. As novas atribuições e a nova estrutura organizacional do DSTI, sugeridas pelo projeto supracitado, foram contempladas no decreto 7675, de 20 de janeiro de 2012, que atualizou a Estrutura Regimental do MP.

O organograma que representa o atual modelo do DSTI pode ser visto abaixo:



Portanto, de acordo com a estrutura regimental em vigor, as competências do DSTI compreendem:

I – planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à tecnologia da informação no Ministério, efetuadas diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros;

II – participar da elaboração do Planejamento Estratégico e suas revisões, em conjunto com as áreas de TI das demais unidades do MP;

III – planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados com a utilização de recursos de TI no MP;

IV – planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento dos sistemas de informações do MP;

V – apoiar o CETI do MP;

VI – participar da elaboração e acompanhamento do orçamento inerente às rubricas que digam respeito às atividades de TI;

VII – prestar apoio técnico às demais unidades do MP na implantação de sistemas de informação, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais;

VIII – planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do MP, com recursos internos ou terceirizados, cuidando permanentemente de sua implementação e melhoria;

IX – estabelecer padrões, instrumentos e metodologias próprias para o bom desenvolvimento das atividades do departamento;

X – propor à área de gestão de pessoas o plano anual de treinamento, desenvolvimento e educação dos funcionários de TI do MP e acompanhar a sua execução;

XI – estabelecer normas de segurança da informação e dos recursos computacionais dentro do ambiente do MP, observando a aderência às

legislações e normas locais e nacionais;

XII – planejar, coordenar e controlar as redes locais e de longa distância;

XIII – propor a escolha e implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo MP;

XIV – planejar, implementar e manter, com recursos próprios ou de terceiros, a plataforma computacional do MP; e

XV – demonstrar os resultados financeiros que dizem respeito aos investimentos com a ampliação da capacidade operacional da área.

As áreas de TI hoje existentes na SOF, SPU, SEGEP, SPI e GM atuam em parceria com o DSTI, porém mantendo o seu foco principal nas demandas específicas de suas áreas de negócio, com oportunidades de alinhamento de ações nas diversas áreas de atuação da TI.

A área correlata de TI da SOF é a Coordenação-Geral de Tecnologia e da Informação. Suas atribuições são: planejar, coordenar e executar as atividades relativas à tecnologia da informação - TI, incluindo a pesquisa, a avaliação, a aquisição, o desenvolvimento, a homologação, a implantação, a gestão e a manutenção de soluções, metodologias, técnicas, ferramentas, equipamentos, produtos, serviços e infraestrutura de TI para suporte às atividades da Secretaria de Orçamento Federal, zelando pela sua governança, aplicabilidade e cumprimento.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTEC), área correlata de TI da SPU, é responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades referentes à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) que suportam as atividades de gestão dos bens imóveis da União, especialmente aqueles relacionados aos sistemas de informação, às redes de comunicação e à gestão da informação. Dentre suas competências, destaca-se a elaboração de diretrizes e estratégias relacionadas aos recursos de dados e serviços de informação da SPU, em conformidade com as orientações maiores do Ministério do Planejamento e de forma alinhada à missão institucional da Secretaria. A Coordenação-Geral ainda atua na gestão de contratos e convênios de prestação de serviços de TI e na promoção da evolução tecnológica no âmbito da Secretaria, objetivando garantir os melhores resultados possíveis nos investimentos relacionados à Tecnologia.

A área de TI correlata da SEGEP é o Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho. Esse departamento possui as seguintes competências: propor e coordenar o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas que suportem os processos finalísticos da Secretaria; gerenciar os sistemas informatizados de recursos humanos e de estruturas organizacionais, bem como outros que sejam essenciais para a atuação da Secretaria, garantindo seu desenvolvimento, manutenção e segurança; garantir a segurança da informação e a qualidade e a confiabilidade dos dados relacionados aos sistemas sob a responsabilidade da Secretaria; produzir informações gerenciais referentes aos principais processos da Secretaria, em especial os relacionados à gestão da força de trabalho, à remuneração, às despesas com pessoal, às estruturas organizacionais, aos cargos e funções comissionados e à saúde e à segurança do trabalho do servidor; e disponibilizar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda informações referentes à folha de pagamento dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal.

A área correlata de TI da SPI é a Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento. As principais atividades realizadas pela equipe que compõem essa área

são: desenvolvimento e suporte de sistemas de planejamento no SIOP, SIGPlan, e SisPAC; gestão do centro de informações responsável pela produção de relatórios gerenciais com informações para subsidiar o processo de planejamento; gestão de comunicação e colaboração; prospecção de tecnologias de informação aplicáveis às atividades de planejamento; gestão de contratos de terceirização de serviços de sistemas de informação; Atuação em processos de governança de TI; participação em grupos de trabalho e fóruns de discussão do MP relacionados à sistemas de informação.

A Coordenação de Informática é a área de TI do GM e tem como objetivo: promover o alinhamento das diretrizes da SLTI com as necessidades do Gabinete da Ministra; estabelecer contato com as outras coordenações de TI correlatas; procurar por novas tecnologias que possam melhorar a qualidade do serviço realizado no Gabinete; internalizar novas tecnologias; interagir com as assessorias no que diz respeito à melhoria, automação e criação de processos de informação. A unidade de TI do GM é formada pelas divisões de Atendimento e Desenvolvimento. Sendo que a primeira realiza atendimento de primeiro nível aos usuários e a segunda cria e mantém sistemas para ajudar no processamento das informações.

Um conjunto de ações vem sendo realizado em busca de uma atuação compartilhada entre a TI setorial e as áreas de TI correlatas. Fazem parte desse conjunto, por exemplo, o fortalecimento da atuação do CETI e do CSIC, a execução conjunta dos Planos de Ação resultantes das determinações e recomendações do TCU, o processo de priorização de projetos de desenvolvimento e aquisição de sistemas setoriais e o treinamento conjunto dos profissionais das áreas de TI setorial e correlatas em ferramentas e plataformas padronizadas de desenvolvimento de software.

7. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

7.1 – Missão da TI do MP

Missão é a razão de ser de uma organização. A missão da TI do MP é a declaração que explicita a parcela de contribuição que essa área deve oferecer para que a missão do ministério seja atingida. Dessa forma, missão da TI do MP é a seguinte:

| | |
|---------------|---|
| MISSÃO | "Atender plenamente seus clientes, com foco na inovação das soluções, aprimorando permanentemente o relacionamento com fornecedores e parceiros, com vistas a fortalecer a capacidade de execução da TI no MP." |
|---------------|---|

7.2 – Visão da TI do MP

A Visão é a situação de futuro desejada para a organização num dado horizonte de tempo, geralmente de longo prazo. Dessa forma, a imagem que a TI do MP deseja para os próximos anos é a seguinte:

| | |
|--------------|---|
| VISÃO | "Ser um modelo de referência em TI para a Administração Pública Federal." |
|--------------|---|

7.3 – Valores da TI do MP

| | |
|----------------|--|
| VALORES | Compromisso com a ética, a transparência, a integridade, a eficácia, a eficiência, a melhoria continua e a satisfação dos clientes internos. |
| | Respeito aos clientes, servidores, fornecedores e parceiros. |
| | Valorização profissional de seus colaboradores. |
| | Excelência, inovação e criatividade na gestão. |

7.4 – Objetivos Estratégicos da TI do MP

| | |
|-------------------------------|--|
| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | OE1 – Promover a Governança de TI no MP. |
| | OE2 – Aprimorar a gestão de TIC no MP. |
| | OE3 – Aumentar a disponibilização e ampliar a maturidade de serviços públicos por meios eletrônicos. |
| | OE4 – Melhorar continuamente a prestação de serviços de TIC no MP. |
| | OE5 – Garantir a disponibilidade das informações por meios |

| | |
|--|---|
| | eletrônicos em conformidade com padrões de acessibilidade. |
| | OE6 – Estimular a terceirização das atividade de execução, priorizando a atuação dos servidores do MP em atividades de gestão. |
| | OE7 – Aprimorar a gestão orçamentária de recursos de TIC. |
| | OE8 – Fornecer serviços e aplicativos multiplataforma, priorizando soluções, programas e serviços baseados em software livre que promovam a otimização de recursos e investimentos em tecnologia da informação. |
| | OE9 – Restringir o crescimento do legado baseado em tecnologia proprietária, realizando a migração gradativa desses sistemas para plataformas livres. |
| | OE10 – Aprimorar a gestão dos sistemas informatizados do MP. |
| | OE11 – Apoiar a modernização dos sistemas estruturantes do MP. |
| | OE12 – Prover e melhorar continuamente a infraestrutura de TIC do MP. |
| | OE13 – Promover a segurança da informação e comunicação no MP. |
| | OE14 – Investir na capacitação dos servidores de TIC do MP. |

7.5 – Análise SWOT

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário ou análise de ambiente, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma organização. Trata-se de um método que possibilita verificar e avaliar os fatores intervenientes para um posicionamento estratégico da Unidade de TI no ambiente em questão.

O termo SWOT é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). As oportunidades e ameaças são originadas do ambiente externo e organização não exerce controle sobre elas. Já as fraquezas e forças espelham a realidade interna da organização.

| ANÁLISE DE SWOT DA TI ORGANIZACIONAL | |
|---|---|
| AMBIENTE INTERNO | |
| FORÇAS | FRAQUEZAS |
| <ul style="list-style-type: none"> Gestores qualificados Bom nível técnico da equipe nas diversas áreas de TI Parcerias com Universidades Federais Conhecimento dos processos operacionais do MP Credibilidade da TI junto às áreas de negócio | <ul style="list-style-type: none"> Quantidade insuficiente de profissionais de TI Processos e metodologias de trabalho não formalizados Baixa integração entre as equipes de TI do MP Inexistência de plano de carreira específico para o cargo de Analista em TI |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> Parque tecnológico de hardware e software desatualizado |
| AMBIENTE EXTERNO | |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de padrões e melhores práticas de mercado em Governança de TI Oferta de capacitação dos servidores por entidades públicas Reconhecimento da TI como área estratégica pela APF Recomendações de aprimoramento da TI por parte dos órgãos de controle Proximidade do órgão central do SISP | <ul style="list-style-type: none"> Demandas não programadas Contingenciamento orçamentário Dificuldade no alinhamento das áreas de TI descentralizadas Alta dependência do fornecedor |

8. RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

O trabalho de elaboração do PDTI anterior foi concluído em dezembro de 2009 e publicado anexo à Portaria 961/2009, tendo validade para o biênio 2010/2011. Esse trabalho caracterizou-se por procurar estabelecer uma relação entre as estratégias de TI e o PPA 2008/2011, a definição de cinco focos de investimento e a proposição de ações voltadas ao atendimento destes focos.

Assim, são apresentados abaixo três gráficos que resumem a número de ações propostas por área/secretaria do MP, a quantidade de ações por foco e a situação das ações de acordo com o levantamento executado entre setembro e outubro de 2011.

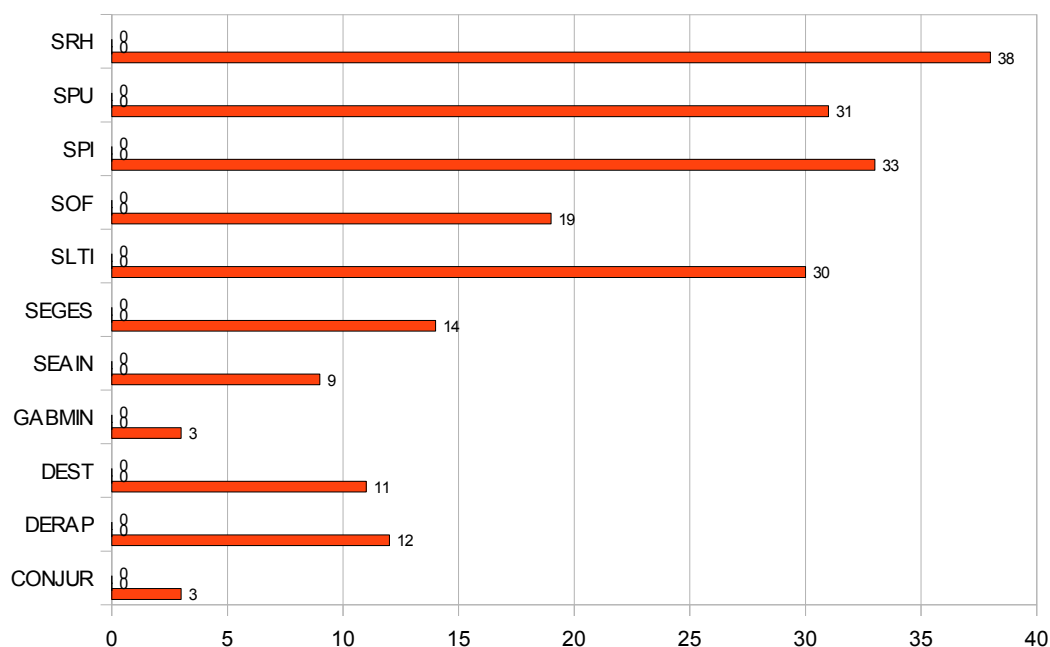


Figura 1: PDTI 2009/2011 – Ações por Área

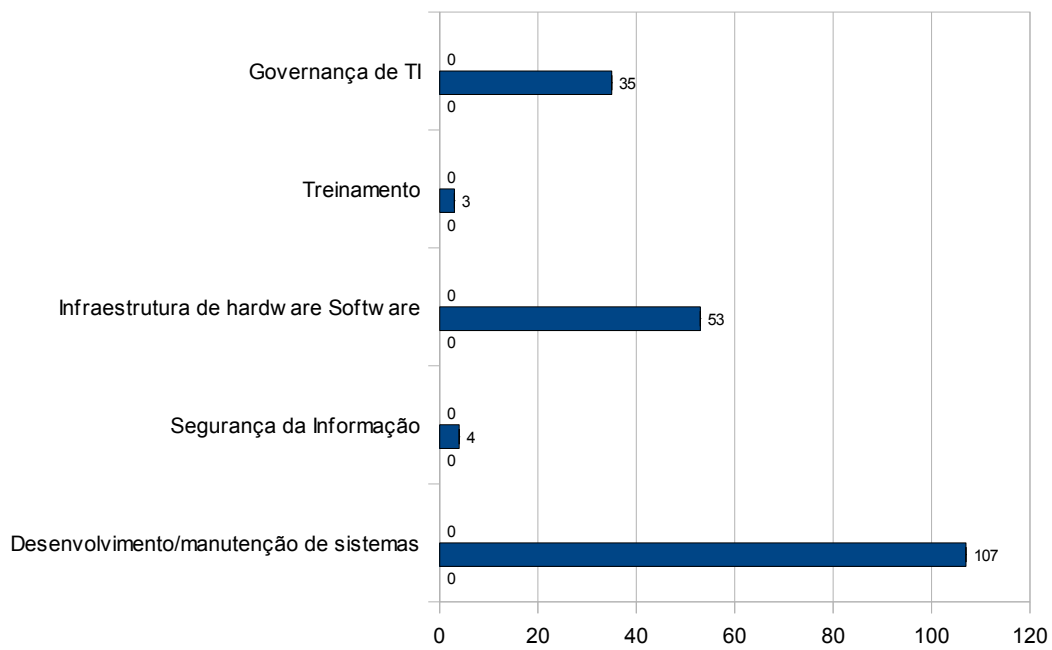


Figura 2: PDTI 2009/2011 - Ações por Foco

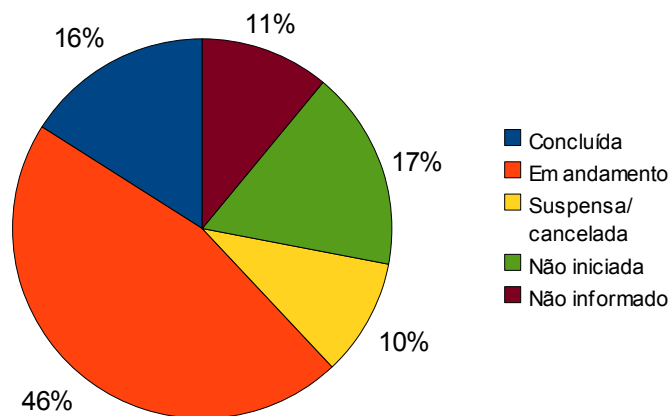


Figura 3: PDTI 2009/2011 - Ações por Situação

9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

A transferência das áreas de TI para uma posição mais estratégica no organograma tem se tornado uma tendência nos órgãos da APF. Não por acaso, essas unidades estão deixando de ocupar uma posição simplesmente operacional para assumir posições decisivas na estratégia da organização.

Para se conseguir o alinhamento estratégico da área de TI é necessário refletir o planejamento estratégico da organização no planejamento das ações da TI. E assim, permitir que a unidade de TI esteja alinhada aos objetivos organizacionais, tendo, suas ações e atividades, relação com as ações planejadas para a organização.

Dessa forma, esse PDTI, com seus princípios, diretrizes e ações, está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional do MP, a fim de apoiar o ministério no alcance de seus objetivos estratégicos, entre eles: promover a melhoria do funcionamento do Estado e a ampliação da capacidade de implementação de políticas públicas; ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade; aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho; fortalecer a governança e ampliar a capacidade técnica, gerencial, financeira e institucional da Administração Pública Federal; promover a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho, da tecnologia da informação e dos sistemas estruturantes; empregar a Tecnologia da Informação como fator transformador da eficiência e da transparência do Estado.

10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

O inventário de necessidades de TI foi elaborado a partir da aplicação de questionários técnico e negocial. O DSTI e as áreas do MP que contêm uma unidade de TI em sua estrutura organizacional responderam aos questionários técnico e negocial. As demais utilizaram apenas o questionário negocial.

O resultado da aplicação desses questionários gerou uma lista de metas e ações propostas pelas áreas respondentes, as quais foram classificadas e consolidadas em 16 necessidades. As metas e ações agrupadas nas 16 necessidades estão apresentadas no anexo IV.

10.1 Necessidades Classificadas em Focos

As necessidades levantadas foram agrupadas, de acordo com a afinidade, em quatro focos: sistemas, infraestrutura, processos e pessoas.

| | |
|-----------------------|--|
| SISTEMAS | Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação utilizados no MP. |
| | Garantia de segurança, integridade e confiabilidade das bases de dados dos sistemas de informação do MP. |
| | Aperfeiçoamento dos serviços de suporte e manutenção de sistemas de TI ofertados pelo DSTI. |
| | Informatização, integração e melhoria da automatização de processos e atividades das secretarias do MP. |
| | Aperfeiçoamento da integração e disponibilidade de acesso aos sistemas de informação do MP. |
| INFRAESTRUTURA | Atualização e manutenção da infraestrutura de TI. |
| | Aprimoramento da velocidade de conexão à internet. |
| | Melhoria e ampliação da disponibilidade de acesso da rede sem fio do MP. |
| | Aumento da capacidade de armazenamento de dados dos sistemas de informação do MP. |
| | Substituição de ferramentas proprietárias por ferramentas baseadas em software livre. |
| PROCESSOS | Atualização ou aquisição de ferramentas de software. |
| | Melhoria da comunicação sobre processos internos, documentos de referência, projetos e atividades das áreas do MP. |
| | Aprimoramento da gestão de projetos de TI. |
| | Aperfeiçoamento dos serviços de suporte e manutenção dos processos de TI ofertados pelo DSTI. |
| PESSOAS | Implantação de processo de gerenciamento eletrônico de documentos. |
| | Adequação quantitativa do quadro de pessoal de TI nas secretarias. |
| PESSOAS | Aperfeiçoamento técnico do quadro de pessoal de TI do MP. |

10.2 Critérios de Priorização Empregados pelas Áreas

Os critérios de priorização das necessidades, empregados pelas áreas que responderam os questionários, basearam-se na técnica de seleção de projetos denominada GUT (Gravidade, Urgência, Tendência). Essa técnica analisa a gravidade ou impacto que as necessidades produzem quando são atendidas ou não, além de considerar a urgência no atendimento e a tendência de agravamento do problema ou de perda da oportunidade enquanto a necessidade não for atendida.

| PONTUAÇÃO | GRAVIDADE | URGÊNCIA | TENDÊNCIA |
|-----------|---|---------------------------------|---|
| 1 | Os prejuízos ou dificuldades são extremamente graves. | É necessária uma ação imediata. | Se nada for feito, a situação vai piorar rapidamente. |
| 2 | Muito graves. | Com alguma urgência. | A situação vai piorar em pouco tempo. |
| 3 | Graves. | O mais cedo possível. | A situação vai piorar a médio prazo. |
| 4 | Pouco graves. | Pode esperar um pouco. | A situação vai piorar a longo prazo. |
| 5 | Sem gravidade. | Não tem pressa alguma. | A situação não vai piorar e pode até melhorar. |

Com vistas a alcançar o resultado final, as áreas do MP aplicaram a técnica GUT atribuindo às três dimensões valores de 1 a 5 e, em seguida, foi extraída a média dos valores, que resultou na tabela apresentada a seguir, em ordem decrescente de prioridade.

Tabela de Necessidades por ordem de prioridade – Técnica GUT

| Prioridade | NECESSIDADES | MEDIA |
|-------------|---|--------------|
| PR1 | Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação utilizados no MP. | 68,47 |
| PR2 | Atualização e manutenção da infraestrutura de TI. | 61,53 |
| PR3 | Adequação quantitativa do quadro de pessoal de TI nas secretarias. | 48,07 |
| PR4 | Informatização, integração e melhoria da automatização de processos e atividades das secretarias do MP. | 44,87 |
| PR5 | Atualização ou aquisição de ferramentas de software. | 39,87 |
| PR6 | Garantia de segurança, integridade e confiabilidade das bases de dados dos sistemas de informação do MP | 39,8 |
| PR7 | Aprimoramento da velocidade de conexão à internet. | 37,6 |
| PR8 | Aumento da capacidade de armazenamento de dados dos sistemas de informação do MP | 36,13 |
| PR9 | Aperfeiçoamento da integração e disponibilidade de acesso aos sistemas de informação do MP. | 32,67 |
| PR10 | Implantação de processo de gerenciamento eletrônico de documentos. | 32,27 |
| PR11 | Aperfeiçoamento técnico do quadro de pessoal de TI do MP. | 32,2 |
| PR12 | Melhoria e ampliação da disponibilidade de acesso da rede sem fio do MP. | 31,53 |
| PR13 | Aperfeiçoamento dos serviços de suporte e manutenção de TI ofertados pelo DSTI . | 27,87 |

| | | |
|-------------|--|--------------|
| PR14 | Aprimoramento da gestão de projetos de TI. | 25,27 |
| PR15 | Melhoria da comunicação sobre processos internos, documentos de referência, projetos e atividades das áreas do MP. | 23,07 |
| PR16 | Substituição de ferramentas proprietárias por ferramentas baseadas em software livre. | 12,33 |

11. PLANO DE AÇÕES

A priorização de ações de TI do MP para o biênio 2012-2013 foi elaborada a partir do resultado da etapa anterior, em que foram realizados inventário e classificação das necessidades e aplicada a técnica GUT para gerar as prioridades do ponto de vista das áreas demandantes.

Foram considerados também, para consolidação das prioridades, os seguintes aspectos: estratégias de atendimento das necessidades em andamento no MP, alternativas de ações recomendadas pela TI para atender as necessidades inventariadas e alinhamento às prioridades estratégicas do órgão.

As tabelas a seguir apresentam as ações, os prazos e os responsáveis em subdivisões que respeitam os focos definidos na etapa anterior (sistemas, infraestrutura, processos e pessoas). Cada ação também está relacionada com pelo menos um princípio e uma diretriz do capítulo 5, demonstrados nas colunas P (princípio) e D (diretriz). A coluna PR (prioridade) indica a necessidade, priorizada no capítulo 10, que está relacionada com a ação.

11.1 SISTEMAS

O foco SISTEMAS foi subdividido em quatro subgrupos:

- Serviços Estratégicos de Sustentação a Sistemas – Contrato 45/2011;
- Sistemas Estruturantes: sistemas de gestão do governo federal;
- Sistemas Setoriais: sistemas que suportam atividades de todo o MP; e
- Sistemas Departamentais: sistemas que atendem as necessidades específicas de determinada área ou departamento do MP.

O desenvolvimento desses sistemas está em conformidade com os direcionadores de acessibilidade (e-Mag) e interoperabilidade (e-Ping).

11.1.1 Serviços Estratégicos de Sustentação a Sistemas

Contempla os serviços fundamentais de processamento e manutenção de sistemas de gestão do governo federal e de infraestrutura de TI para o MP.

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|----------------|--|-----------|-------------|----|-----------|-------------|
| Hospedagem | Serviço continuado de hospedagem, processamento e manutenção de sistemas do MP | *Out/2012 | SLTI | P3 | D4, D5 | PR1, PR6 |
| Infraestrutura | Serviço de administração dos serviços da rede de computadores do MP | | | P3 | D14 | PR2 |
| Suporte | Serviço de atendimento ao usuários do MP | | | P4 | D4 | PR13 |

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|---------------------------|--|-----------|-------------|-----|-----|------|
| Desenvolvimento | Serviço realizado sob demanda, com custo estimado, de intervenção em sistemas para ajustes e evoluções | *Out/2012 | SLTI | P4 | D4 | PR1 |
| Consultoria e Treinamento | Serviço de apoio à capacitação de usuários dos sistemas do MP | | | P13 | D16 | PR11 |

* Os prazos informados referem-se ao encerramento do contrato que demandará renovação.

11.1.2 Sistemas Estruturantes

O desenvolvimento ou a evolução dos sistemas abaixo se justifica pela obsolescência tecnológica dos sistemas atuais em atender necessidades do Governo Federal. Com as ações abaixo apresentadas espera-se obter sistemas modernos que poderão oferecer entre outros benefícios, a melhoria dos processos de trabalho, o aumento da qualidade do gasto público e maior segurança das informações.

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|--|---|----------|-------------|--------|---------|----------|
| Sistema de Gestão de Pessoas | Implantar AFD/SGS | Dez/2012 | SEGEF | P5, P1 | D7, D8 | PR1 |
| | Definir estratégia de contratação e gestão da substituição do atual sistema de Gestão de Pessoas (SIAPE) pela nova solução, denominada SIGEPE | Jul/2012 | SEGEF | P1, P8 | D8 | PR1 |
| Sistema de Planejamento e Orçamento Federal | Implantar módulos restantes para a conclusão do projeto SIOP | Dez/2013 | SOF / SPI | P5, P8 | D8, D9 | PR1 |
| Sistemas de Administração do Patrimônio da União | Definição de estratégia para substituição do atual sistema de apoio à gestão do patrimônio da União | Dez/2012 | SPU | P7 | D8 | PR1 |
| Sistema de Estruturas Organizacionais | Definição de estratégia para substituição do atual sistema de estruturas organizacionais do Governo Federal | Dez/2012 | SE | P5 | D8, D9 | PR1 |
| Sistema de Convênios | Desenvolvimento de funcionalidades para a redução de intervenções manuais na base de dados e evolução da solução de informações gerenciais | Dez/2013 | SLTI | P5 | D8 | PR1 |
| | Desenvolvimento de produtos de alavancagem da plataforma de desenvolvimento do SICONV (MDArt) | Dez/2012 | SLTI | P9 | D8, D11 | PR1 |
| Sistema de Administração de Serviços Gerais | Desenvolvimento de funcionalidades para evolução do SIASG e da solução de informações gerenciais | Dez/2012 | SLTI | P5 | D8 | PR1 |
| | Mineração e avaliação da qualidade da base de dados | Dez/2012 | SLTI | P7 | D5 | PR6 |
| Sistema de Concessão de Diárias e Passagens | Desenvolvimento do novo sistema de Concessão de Diárias e Passagens | Dez/2013 | SLTI | P5 | D8 | PR1 |
| Sistema de Compras Governamentais | Desenvolvimento de funcionalidades para aumento da segurança das informações utilizadas no sistema | Dez/2012 | SLTI | P10 | D8, D13 | PR1 |
| Sistema de Administração das Empresas Estatais | Implantar novo sistema SIEST | Dez/2012 | DEST | P5 | D8 | PR1 |
| Informações Gerenciais | Desenvolvimento de um padrão de BI a ser utilizado nos sistemas Estruturantes | Dez/2013 | SLTI | P5 | D5, D8 | PR1, PR6 |

11.1.3 Sistemas Setoriais (Interdepartamentais)

O desenvolvimento das ações abaixo se justifica pela obsolescência da estrutura tecnológica e das regras de negócio dos sistemas atuais em atender necessidades das áreas do MP. Dessa forma, espera-se obter melhoria nos processos de trabalho, maior controle das informações, bem como apoio à tomada de decisão.

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|---|--|----------|-------------|---------|---------|----------|
| Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIPAC | Implantação dos módulos do SIPAC do MP | Dez/2012 | SLTI | P5, P12 | D8 | PR1 |
| Sistema de Controle de Processos e Documentos - CPROD | Implantação de melhorias no processo de trâmite de documentos no MP. | Dez/2012 | SPOA | P12 | D8, D15 | PR1, PR4 |
| PONTO ELETRÔNICO | Estudo para substituição do atual sistema de Ponto Eletrônico do MP | Jul/2012 | SLTI | P12 | D8 | PR1 |
| Repositório Federado de Dados (RFD) | Implantar a solução de RFD para compartilhamento de dados entre sistemas | Dez/2012 | SLTI | P8 | D9 | PR6, PR9 |
| Programa de Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública (PROSIS) | Modernização de sistemas de gestão no âmbito do MP | Dez/2013 | SE | P8, P5 | D8 | PR1 |
| Plataforma Georreferenciada para análise de políticas públicas | Implantação de soluções Georreferenciadas para análise de políticas públicas | Dez/2012 | SEPAC | P5 | D6 | PR1 |
| Sistemas de Informações para a decisão | Implantação de evoluções dos sistemas de apoio a decisão no âmbito do MP (Holograma) e do PAC (Sistema de Gesto de Informação - SGI) | Dez/2012 | SEPAC | P8 | D8 | PR1 |
| Gerenciamento Eletrônico de Documentos | Implantação de ferramenta de GED no apoio aos processos internos | Dez/2013 | SLTI | P5, P12 | D5, D8 | PR4 |
| Serviços Técnicos Profissionais de TI | Implantar Sistema de Gestão de Identidades | Dez/2012 | SLTI | P10 | D8, D13 | PR6 |
| Protocolo Integrado | Desenvolver sistema de Protocolo Integrado | Dez/2012 | SLTI | P5, P8 | D8, D9 | PR1 |
| Guia de Serviços | Publicar Guia de Serviços Público Federal | Dez/2012 | SLTI | P1, P6 | D5 | |
| Sítio e-Gov | Evoluir sítio do Governo Eletrônico | Dez/2012 | SLTI | P5 | D8 | PR1 |
| Cartilhas de Sítios | Evoluir cartilhas de sítios e portais | Dez/2012 | SLTI | P5 | | |
| Quero Participar | Implantar do sítio "Quero Participar" | Dez/2012 | SLTI | P5 | D6 | PR1 |
| Portal de Documentos | Implantar Portal de Documentos | Dez/2012 | SLTI | P5 | D6 | PR1 |
| Portal de Dados Abertos | Evoluir INDA | Dez/2012 | SLTI | P5 | D6 | PR1 |
| Cooperação MEC | Projeto de Acessibilidade Virtual da RENAPI | Dez/2012 | SLTI | P1 | D12 | PR1 |
| Contrato DATAPREV | Hospedagem de Portais | Dez/2012 | SLTI | P4, P5 | D4 | PR4 |

11.1.4 Sistemas Departamentais

O MP mantém no Serpro um conjunto de aproximadamente sessenta sistemas departamentais antigos, desenvolvidos em plataformas, linguagens e bancos de dados variados.

Os projetos de desenvolvimento de novos sistemas departamentais ou os projetos de modernização desses sistemas são priorizados pelo Comitê Estratégico de TI. Esses sistemas podem ser desenvolvidos internamente ou utilizando mão de obra já prevista no contrato com o SERPRO.

11.2 INFRAESTRUTURA

11.2.1 Investimentos 2012

O foco infraestrutura abrange as ações que visam ampliar a capacidade e disponibilidade do Datacenter do MP, atualizar o parque computacional, aperfeiçoar o suporte aos sistemas atualmente em produção/desenvolvimento e centralizar os servidores que, atualmente, estão localizados nas diversas áreas do MP no Datacenter, sob gestão do DSTI/SLTI. A exceção é o ambiente de Datacenter localizado na Secretaria de Orçamento Federal (SOF), que é de total gestão dessa Secretaria. Alguns sistemas setoriais e departamentais são hospedados no MP. Os sistemas estruturantes estão todos hospedados no ambiente do SERPRO, com exceção do SIOP, cujos módulos encontram-se em produção no Datacenter da SOF.

O atual Datacenter encontra-se tecnologicamente defasado. Desde 2009 o DSTI vem conduzindo um processo de migração destes serviços para o ambiente central, porém essa migração nunca pôde ser concluída, pois grande quantidade de servidores e equipamentos de rede que encontram-se fora do período de garantia, apresentam defeitos constantemente.

Assim, em virtude da grande utilização do ambiente, da estratégia de centralização dos serviços e sistemas departamentais, da necessidade da organização da informação do MP para atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação e da consolidação do ambiente unificado de sistemas, são necessários os investimentos que se seguem.

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|-------------------------------------|---|----------|-------------|----------|----------|-----|
| Infraestrutura de Rede | Reformar a sala do Centro de Dados do MP cumprindo os requisitos mínimos de segurança das instalações, com adequação do cabeamento, sistema de detecção de fumaça e controle de temperatura | Dez/2012 | SLTI | P11, P10 | D14, D13 | PR2 |
| | Adquirir Fitas de Backup | Jul/2012 | SLTI | P11 | D14 | PR2 |
| | Renovar o parque de servidores fora de garantia há mais de 1 ano | Jul/2012 | SLTI | P11, P3 | D14 | PR2 |
| | Renovar o parque de ativos de informação (33%) com garantia expirada | Jul/2012 | SLTI | P11, P3 | D14 | PR2 |
| | Substituir o Subsistema de Armazenamento (<i>Storage</i>) fora de garantia | Jul/2012 | SLTI | P11 | D14 | PR2 |
| | Expandir a rede sem fios do MP às unidades descentralizadas | Dez/2012 | SLTI | P11 | D14 | PR2 |
| | Adquirir Servidores para as SPU regionais | Dez/2012 | SPU | P11 | D14 | PR2 |
| | Atualizar o parque tecnológico de suporte ao SIOP | Dez/2012 | SOF | P11 | D14 | PR2 |
| Softwares de Infraestrutura de Rede | Adquirir licenças de solução de gerenciamento de virtualização de servidores | Jul/2012 | SLTI | P11 | D13, D14 | PR2 |
| | Adquirir solução de cópias de segurança (backup) | Jul/2012 | SLTI | P10, P11 | D13, D14 | PR2 |

| | | | | | | |
|---|--|----------|------|----------|----------|----------|
| Segurança da Informação e Comunicações | Adquirir equipamento de gerenciamento, prevenção, detecção de intrusão e análise de tráfego | Dez/2012 | SLTI | P10, P11 | D13 | PR2 |
| Equipamentos e softwares de produtividade pessoal | Adquirir 1500 estações de trabalho | Dez/2012 | SLTI | P11 | D14 | PR2 |
| | Renovar licenças de softwares aplicativos e expandir licenças previstas | Dez/2012 | SLTI | P11 | D14 | PR5 |
| | Adequar rede INFOVIA | Dez/2012 | SLTI | P1, P11 | D14 | PR2, PR7 |
| | Emissão de Certificados Digitais | Dez/2012 | SLTI | P10 | D13 | PR6 |
| Contrato SIEMENS/INFOVIA | Manutenção de serviços da INFOVIA | Dez/2012 | SLTI | P1, P11 | D14 | PR2 |
| Contrato CEB/INFOVIA | Manutenção de serviços da INFOVIA | Dez/2012 | SLTI | P1, P11 | D14 | PR2 |
| ETL | Adquirir Ferramenta ETL | Dez/2012 | SLTI | P8 | D5 | PR1 |
| RLSL | Migração dos serviços de rede local, da rede proprietária defasada para a Rede Local de Software Livre | Set/2012 | SLTI | P9 | D11, D14 | PR16 |

11.3 PESSOAS

O foco PESSOAS abrange as ações que visam promover a qualificação dos profissionais de TI e a adequação quantitativa do efetivo interno dos profissionais de TI, face as demandas que envolvem a TI no biênio 2012/2013.

A necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos com atividades de TI se justifica pelo aumento do volume de serviços do MP que demandam ações de TI.

11.3.1 Capacitação

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|-------------------------------------|--|----------|-------------|-----|-----|------|
| Qualificação de profissionais de TI | Elaborar plano de capacitação para os profissionais de TI do MP | Dez/2012 | SPOA | P13 | D16 | PR11 |
| | Capacitar profissionais de TI com base no plano de capacitação elaborado | Dez/2013 | SLTI | P13 | D16 | PR11 |
| Capacitação SISP | Capacitação de Pessoal do SISP | Dez/2012 | SLTI | P13 | D16 | PR3 |

11.3.2 Adequação Quantitativa

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|-------------------------------|---|----------|-------------|-----|-----|-----|
| Incorporação de profissionais | Elaborar estudo quantitativo do pessoal de TI, identificando a necessidade de novos profissionais, definindo critérios de alocação desses profissionais | Ago/2012 | SPOA | P13 | D16 | PR3 |

11.4 PROCESSOS

O foco PROCESSOS abrange as ações que visam otimizar os métodos de

trabalho da área de TI, adequando-os às melhores práticas de mercado, com objetivo de elevar a maturidade da governança de TI no MP.

| Nome | Ação | Prazo | Responsável | P | D | PR |
|--------------------------------------|---|-----------|-------------|----------|----------|------|
| Definição e implantação de processos | Revisar a norma de atuação do Comitê Estratégico de TI do MP | Set/2013 | SLTI | P12 | D1, D15 | |
| | Elaborar processos de avaliação da gestão de TI no MP. | Dez/2013 | SLTI | P12 | D1, D15 | |
| | Elaborar procedimentos formais de gestão de mudanças no âmbito do MP. | Jul/2013 | SLTI | P12 | D1, D15 | PR6 |
| | Implantar processo de gerenciamento de configuração | *Jul/2014 | SLTI | P12 | D1, D15 | PR6 |
| | Elaborar processos de gestão de orçamentos de TI | *Set/2014 | SPOA | P1, P12 | D1, D15 | PR15 |
| | Implantar estrutura formal de gerência de projetos | Out/2012 | SLTI | P1 | D1, D15 | PR14 |
| | Implantar processo de gerenciamento de incidentes de serviços de TI no âmbito do MP. | *Out/2014 | SLTI | P10 | D13, D15 | PR6 |
| | Elaborar processos para contratação de TI observando os ritos lógico-temporais da legislação vigente. | Fev/2013 | SPOA | P2, P12 | D15 | PR15 |
| | Elaborar processos de gestão de contratos de TI observando os ritos lógico-temporais da legislação vigente. | Nov/2013 | SPOA | P12 | D15 | PR15 |
| | Definir processos de software no âmbito do MP. | *Abr/2014 | SLTI | P6 | D10, D15 | PR4 |
| | Elaborar procedimento de inventário de ativos de informação. | Dez/2013 | SLTI | P10, P12 | D13, D15 | PR6 |
| | Definir processo de gestão de riscos de Segurança da Informação e Comunicações – SIC. | Ago/2013 | SLTI | P10, P12 | D13, D15 | PR6 |

* Os prazos que extrapolam a vigência do PDTI referem-se ao encerramento dos projetos, no entanto, todos os projetos já estão em andamento e possuem entregas intermediárias.

12. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Os fatores críticos de sucesso se referem às condições que precisam, necessariamente, serem satisfeitas para que o PDTI alcance a efetividade esperada, consistindo-se num importante instrumento para o aperfeiçoamento da governança do órgão. Foram identificados os principais fatores críticos:

- ✓ Participação ativa do CETI;
- ✓ Instituição de uma equipe de monitoramento das metas e ações associadas ao PDTI;
- ✓ Revisões periódicas do PDTI para contemplar mudanças na estrutura organizacional e/ou alterações nas diretrizes estratégicas;
- ✓ Controle e acompanhamento dos projetos derivados do PDTI pelo Escritório de Projetos do DSTI;
- ✓ Disponibilidade orçamentária e de pessoal de TI;
- ✓ Apoio da alta direção do MP.

13. CONCLUSÃO

A Tecnologia da Informação, por si só, não é capaz de gerar resultados positivos para os negócios e garantir o alcance dos objetivos finalísticos de uma organização. Para que as ações de TI sejam efetivas, é imprescindível que estejam alinhadas aos objetivos estratégicos, sem o que, se corre o risco de implementar tecnologias caras e ineficientes, atendendo de alguma forma expectativas da área de TI ou de seus técnicos, mas não as da própria organização.

Com vistas a alcançar efetividade nos resultados, é de fundamental importância traduzir os objetivos estratégicos da organização em objetivos menores, para então, estabelecer metas e ações de TI que melhor possam contribuir para o alcance desses objetivos.

Durante a execução deste trabalho, procurou-se atender os objetivos estratégicos do MP, os normativos pertinentes, as melhores práticas preconizadas pelo COBIT e as recomendações de órgãos de controle. Assim, uma vez concebido e formalizado, o PDTI 2012/2013 deverá se constituir num importante instrumento de gestão e norteador das decisões cotidianas.

Tão importante quanto a concepção e suas atualizações periódicas, torna-se imperativo que o PDTI seja continuamente monitorado na sua execução, a fim de que, por meio da mensuração dos indicadores, seja possível visualizar de forma atualizada e precisa a evolução do cumprimento da missão institucional da área de TI.